TRSP - TERMINAL DE REGASEIFICAÇÃO DE GNL DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ nº 34.840.096/0001-18

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

Relatório da Administração

O ano de 2024 marcou o início das nossas operações e uma nova etapa na história do TRSP. No primeiro semestre, concluímos com sucesso as obras do Terminal de regaseificação, um projeto no qual investimos R$ 1,4 bilhões, sendo o primeiro Terminal privado ancorado em demanda não-térmica. A conclusão envolveu a realização de testes de comissionamento rigorosos e a obtenção das licenças necessárias junto aos órgãos competentes, assegurando a operação do nosso Terminal, com capacidade licenciada de regaseificação de 14 milhões de m³ de gás natural por dia. Já em 2025, o Terminal manteve o recebimento de novas operações *ship to ship* de importação de GNL e sua operação de regaseificação de GNL para GN. Ao longo desse período, o Terminal manteve uma disponibilidade de aproximadamente 99%, com operações caracterizadas pela excelência operacional e altos padrões de segurança. Tais números se refletiram no desempenho financeiro, com a Companhia registrando um EBITDA de R$ 385 milhões em 2025 (R$ 188 milhões em 2024), e uma margem EBITDA média de 70% (74% durante o segundo semestre de 2024, após o início das operações). Continuamos avançando em nosso propósito de tornar a indústria e o transporte mais competitivos e sustentáveis por meio do desenvolvimento do mercado livre de gás. Em paralelo, seguimos comprometidos com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Em 2025, a Edge direcionou seus investimentos sociais para iniciativas alinhadas à proteção ambiental, ao fortalecimento de comunidades tradicionais e à inclusão social, com forte conexão aos territórios impactados pelas suas operações. As ações priorizam o empoderamento comunitário, a educação ambiental, a valorização da cultura local e o apoio a crianças e jovens tanto para o crescimento pessoal e profissional como para saúde e bem-estar, ampliando o impacto positivo e fortalecendo o relacionamento com as comunidades costeiras da Baixada Santista. O **Projeto Mangue Limpo**, desenvolvido no entorno do TRSP teve como objetivo a capacitação comunitária, educação ambiental e limpeza de manguezais em Santos, Guarujá e Cubatão, com mais de 3 toneladas de resíduos coletados e impacto nas escolas e comunidades locais. A **Parceria com o Instituto Tiago Camilo** apoia à formação esportiva e à inclusão social por meio do judô, com um polo em São Vicente capaz de atender até 200 crianças e jovens, incluindo ações de engajamento comunitário. O **Projeto Culinária Caiçara da Baixada Santista** teve como objetivo a valorização da pesca artesanal e da cultura tradicional por meio da publicação de um livro com a história e as receitas locais, mentorias gastronômicas e fortalecimento da identidade local, impactando mais de 2 mil pessoas e levando ao pódio pelo 2° consecutivo no Prêmio da ATP (Associação de Terminais Portuários Privados) na categoria de Impacto Social Portuário. O **Projeto Ativa Vila** e **Conexão Elos**, em parceria com o Instituto Elos em seu 4º ano, voltados, respectivamente, ao empoderamento da comunidade, mentorando projetos criados pelos próprios moradores da região e o outro focado no protagonismo jovem, possibilitando crescimento pessoal, profissional e acessos a oportunidades antes inimagináveis. Os dois projetos somados impactaram no ano de 2025 mais de 3.500 mil pessoas.

Balanços patrimoniais *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9	273.513	143.121
Títulos e valores mobiliários		5.382	2.248
Instrumentos financeiros derivativos	8	–	1.694
Estoques		15.889	15.952
Recebíveis de partes relacionadas	10	104.816	45.277
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.422	3.394
Outros tributos a recuperar	11	84.153	86
Outros ativos		18.756	10.668
Ativo circulante		**507.931**	**222.440**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	184.910	248.758
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.512	1.513
Instrumentos financeiros derivativos	8	4.739	1.402
Outros ativos		5.802	–
Imobilizado	12	1.260.125	1.404.598
Intangível		19.835	17.303
Direito de uso	13.1	1.469.200	1.493.207
Ativo não circulante		**2.946.123**	**3.166.781**
Total do ativo		**3.454.054**	**3.389.221**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	50.881	–
Passivos de arrendamento	13.2	188.114	203.745
Fornecedores		9.197	12.213
Ordenados e salários a pagar		2.099	2.453
Imposto de renda e contribuição social correntes		127	97
Outros tributos a pagar		2.254	6.691
Pagáveis a partes relacionadas	10	263.629	793.602
Outras contas a pagar		5.809	6.807
Passivo circulante		**522.110**	**1.025.608**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	830.176	–
Passivos de arrendamento	13.2	1.656.490	1.836.767
Instrumentos financeiros derivativos	8	14.363	–
Provisão para demandas judiciais	16	7	–
Ordenados e salários a pagar		85	793
Pagáveis a partes relacionadas	10	–	219.490
Passivo não circulante		**2.501.121**	**2.057.050**
Total do passivo		**3.023.231**	**3.082.658**
Patrimônio líquido	**17**		
Capital social		787.205	787.205
Outros resultados abrangentes		(147.506)	(294.508)
Prejuízos acumulados		(208.876)	(186.134)
Total do patrimônio líquido		**430.823**	**306.563**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.454.054**	**3.389.221**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	18	464.686	193.487
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	19	(196.134)	(85.290)
Resultado bruto		**268.552**	**108.197**
Despesas de vendas	19	–	(57)
Despesas gerais e administrativas	19	(17.144)	(89.086)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	20	(1.668)	63.671
		(18.812)	**(25.472)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido		**249.740**	**82.725**
Despesas financeiras		(303.791)	(272.314)
Receitas financeiras		31.408	61.945
Variação cambial, líquida		(325)	(504)
Efeito líquido dos derivativos		(11.654)	(27.930)
Resultado financeiro líquido	**21**	**(284.362)**	**(238.803)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(34.622)**	**(156.078)**
Imposto de renda e contribuição social	**15**		
Diferido		11.880	53.262
		11.880	**53.262**
Resultado líquido do exercício		**(22.742)**	**(102.816)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício		**(22.742)**	**(102.816)**
Outros resultados abrangentes:			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Resultado *com hedge accounting* de fluxo de caixa	8	237.715	(428.152)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	8	(80.823)	145.572
Total		**156.892**	**(282.580)**
Itens que não podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Perda de valor justo de passivos financeiros designados e mensurados ao valor justo	14	(14.985)	–
Imposto de renda e contribuição social sobre perda de valor justo de passivos financeiros designados e mensurados ao valor justo	17	5.095	–
Total		**(9.890)**	**–**
Resultado abrangente total		**124.260**	**(385.396)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Outros componentes do patrimônio líquido	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**787.205**	**(294.508)**	**(186.134)**	**306.563**
Resultado líquido do exercício		–	–	(22.742)	(22.742)
Resultados abrangentes:					
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa líquido de imposto	8	–	156.892	–	156.892
Perda de valor justo de passivos financeiros designados e mensurados ao valor justo	17	–	(9.890)	–	(9.890)
Total de outros resultados abrangentes		**–**	**147.002**	**(22.742)**	**124.260**
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**787.205**	**(147.506)**	**(208.876)**	**430.823**

	Nota	Capital social	Outros componentes do patrimônio líquido	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**787.205**	**(11.928)**	**(83.318)**	**691.959**
Resultado líquido do exercício		–	–	(102.816)	(102.816)
Resultados abrangentes:					
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa líquido de imposto	8	–	(282.580)	–	(282.580)
Total de outros resultados abrangentes		**–**	**(282.580)**	**(102.816)**	**(385.396)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**787.205**	**(294.508)**	**(186.134)**	**306.563**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(34.622)	(156.078)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	19	135.378	105.214
Transações com pagamento baseado em ações	22	(848)	928
Efetividade de *hedge accounting*		11.666	–
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos - Dívida	21	150.213	115.052
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		158.810	145.470
Provisão de bônus e participação no resultado		683	2.734
		421.280	**213.320**
Variação em:			
Outros tributos, líquidos		15.460	9.984
Partes relacionadas, líquidas		742	(38.918)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(6.775)	(11.136)
Ordenados e salários a pagar		(896)	(10.160)
Instrumentos financeiros derivativos		–	6.938
Outros ativos e passivos, líquidos		(11.741)	(25.134)
		(3.210)	**(68.426)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**418.070**	**144.894**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Compra de títulos e valores mobiliários, líquido		(1.475)	(1.408)
Recebíveis de partes relacionadas - principal	10	(56.100)	–
Adições ao imobilizado e intangível		(17.201)	(225.923)
Efeito líquido de instrumentos financeiros derivativos		–	(12)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(74.776)**	**(227.343)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	781.151	–
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	–	(700.000)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	–	(43.376)
Pagáveis a partes relacionadas - principal	10	(750.000)	950.000
Pagamento de juros sobre valores pagáveis a partes relacionadas	10	(53.760)	–
Amortização de principal sobre arrendamentos	13.2	(29.558)	(25.104)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	13.2	(160.735)	(149.356)
Dividendos pagos	17	–	(307)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		**(212.902)**	**31.857**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		**130.392**	**(50.592)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**143.121**	**193.713**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**273.513**	**143.121**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

1. Contexto operacional: O Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Santos, estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Edge Participações Ltda. que detém 100% do seu capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o controlador final. A Companhia tem como atividades principais a construção, operação e manutenção de instalações de regaseificação e transferência de gás natural liquefeito ("GNL") e atua em importação, distribuição, armazenamento, movimentação e comercialização de gás natural liquefeito, atua também na prestação de serviço de engenharia, assessoria, coordenação, gerenciamento na implantação, operação e manutenção necessários a consecução das atividades mencionadas anteriormente e construção, operação e manutenção de gasodutos integrantes do terminal de regaseificação de GNL. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 14.179, frente ao capital circulante líquido negativo de R$ 803.168 em 2024. Em 2025, parcela relevante do passivo circulante refere-se a R$ 255.171 em notas comerciais mantidas com a Compass Gás e Energia S.A., que pertence ao mesmo grupo econômico e portanto, os vencimentos são passíveis de renegociação, se necessário. A Companhia faz parte de um grupo econômico relevante e gerencia de forma integrada os fluxos de caixa operacionais, de investimentos e de financiamentos. **Impactos da Reforma Tributária:** Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar 214/2025 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e determina que, a partir de 01 de janeiro de 2026, se inicia o período teste com a obrigatoriedade de destaque desses tributos em documento fiscal de forma informativa. Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado. Em conclusão ao descrito acima não haverá impactos nas peças contábeis e recolhimento dos tributos para o exercício de 2025 e 2026. A Companhia está adaptando-se em preparação para o cumprimento das regulamentações aplicáveis. **2. Declaração de conformidade:** Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incorporam integralmente os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*), observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). As informações materiais próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado, conforme nota explicativa 6. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Alta Administração em 27 de fevereiro de 2026. **3. Políticas contábeis:** As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 6 -** determinação das premissas não observáveis utilizadas na mensuração de valor justo. • **Nota 12 -** avaliação de recuperabilidade do ativo imobilizado. • **Nota 13 -** determinação da taxa de desconto incremental e opção de renovação ou compra para apuração do direito de uso e passivo de arrendamento. • **Nota 15 -** determinação das premissas utilizadas nas projeções de resultado utilizadas para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos. • **Nota 16 -** determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais. **4. Normas contábeis: 4.1. Novas normas vigentes a partir de 2025: Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2)/IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** A alteração específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **4.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes das alterações em suas demonstrações financeiras e notas explicativas. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam tornar determinados requisitos da norma mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas *Environmental, Social and Governance* ("ESG"); (ii) Desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A classificação dos ativos financeiros é baseada em dois critérios: • o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e • características contratuais dos fluxos de caixa. Os passivos financeiros são classificados como mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando: • é mantido para negociação; • é derivativo (exceto contratos de garantia financeira e contratos de compra e venda com liquidação futura que não tenham como finalidade a negociação); ou • é designado como tal no reconhecimento inicial. No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação. A mensuração subsequente será conforme a classificação dada: • Custo amortizado - juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado. • Valor justo pelo resultado (VJR) - valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Custo amortizado [i]			
Caixa e equivalentes de caixa	9	268.401	140.368
Recebíveis de partes relacionadas	10	104.816	45.277
Total		**373.217**	**185.645**
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.112	2.753
Títulos e valores mobiliários		5.382	2.248
Instrumentos financeiros derivativos	8	4.739	3.096
Total		**15.233**	**8.097**
Total		**388.450**	**193.742**
Passivos			
Custo amortizado [i]			
Passivos de arrendamento	13.2	(1.844.604)	(2.040.512)
Fornecedores		(9.197)	(12.213)
Outras contas a pagar		(5.809)	(6.807)
Pagáveis a partes relacionadas	10	(263.629)	(1.013.092)
Total		**(2.123.239)**	**(3.072.624)**
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(881.057)	–
Instrumentos financeiros derivativos	8	(14.363)	–
Total		**(895.420)**	**–**
Total		**(3.018.659)**	**(3.072.624)**

[i] Não há variação significativa entre o valor dos ativos e passivos mensurados ao custo amortizado e de seus valores justos.

6. Mensuração de valor justo: Política contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos negociados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. • Nível 3: utilizam as entradas para mensurar o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: • o uso de preços de mercado cotados; • para *swaps* é utilizado o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e • para outros instrumentos financeiros é analisado o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo que tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio estão incluídas no Nível 2. A Administração regularmente revisa as entradas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

	Nota	Valor contábil e valor justo 31/12/2025 Nível 2	Valor contábil e valor justo 31/12/2024 Nível 2
Ativos			
Aplicações em fundos de investimento	9	5.112	2.753
Títulos e valores mobiliários		5.382	2.248
Instrumentos financeiros derivativos	8	4.739	3.096
Total		**15.233**	**8.097**
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(881.057)	–
Instrumentos financeiros derivativos	8	(14.363)	–
Total		**(895.420)**	**–**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia. **7. Gestão de risco financeiro:** O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global e de áreas específicas, como risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juros, risco de preço, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excesso de liquidez. **Risco de mercado:** A Administração gerencia e controla as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado contratados de acordo as diretrizes estabelecidas por política interna. **Risco cambial:** A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas moedas e minimizar impactos das disparidades em seus ativos e passivos. O cenário provável considera uma projeção de câmbio em 12 meses, elaborada pelo time de riscos e tesouraria. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável. Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação ao Dólar afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

		Provável		Cenários			
Instrumento	**Exposição** [ii]	**Câmbio**	**Valor**	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
Passivos de arrendamentos [i]	(1.830.149)	5,50	798	(456.539)	(913.877)	458.136	915.474
Instrumentos financeiros derivativos - cambiais	328.500	5,50	4.740	569	86	38.630	102.204
Total	**(1.501.649)**	**–**	**5.538**	**(455.970)**	**(913.791)**	**496.766**	**1.017.678**

[i] A Companhia designou para *hedge accounting* 100% do passivo de arrendamento exposto a dólar para proteção de receitas futuras altamente prováveis, conforme demonstrado na nota 8.
[ii] Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, para os quais é apresentado o nocional, a exposição dos passivos de arrendamentos corresponde ao saldo em 31 de dezembro de 2025.

Risco da taxa de juros: A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas taxas e minimizar impactos das disparidades entre seus ativos e passivos. O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos em 12 meses, elaborada pelo time de riscos e tesouraria. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nos indicadores econômicos usados no cenário provável.

Transações que não envolveram caixa: A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa: (i) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R$ 2.342 (R$ 20.273 em 31 de dezembro de 2024). (ii) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R$ 57.907 (R$ 60.550 em 31 de dezembro de 2024), relativo a novos contratos e reajustes de contratos já existentes enquadrados na norma de arrendamento. (iii) Registro de passivo de arrendamento no montante de R$ 5.266 (R$ 5.316 em 31 de dezembro de 2024), relativo a notas fiscais não pagas no exercício, de contratos já existentes enquadrados na norma de arrendamento. **Apresentação de juros e dividendos:** Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, assim como, os juros pagos sobre as obras em andamento são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

continua ★

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras do TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível dos indicadores econômicos afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

			Provável	Cenários			
Exposição taxa de juros	**Exposição [ii]**	**Juros**	**Valor**	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
Caixa e equivalentes de caixa	273.513	CDI - 13,44%	36.760	45.950	55.140	27.570	18.380
Títulos e valores mobiliários	5.382	CDI - 13,44%	723	904	1.085	543	362
Passivo de arrendamento [i]	(560.242)	IPCA - 4,12% e CPI - 2,6%	(20.403)	(25.231)	(30.079)	(15.555)	(10.707)
Instrumentos financeiros derivativos	881.057	CDI - 13,44% e IPCA - 4,12 %	(82.115)	(102.643)	(123.172)	(61.586)	(41.057)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(881.057)	CDI - 13,44%	(118.414)	(148.018)	(177.621)	(88.811)	(59.207)
Partes relacionadas	(198.259)	CDI - 13,44%	(26.646)	(33.308)	(39.969)	(19.985)	(13.323)
Total	**(479.606)**	**–**	**(210.095)**	**(262.346)**	**(314.616)**	**(157.824)**	**(105.552)**

[i] Exposição relacionada apenas à parcela contratual que sofre remensuração anual no mês de julho de cada ano.
[ii] Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e passivos de arrendamento, a exposição das rubricas corresponde aos saldos em 31 de dezembro de 2025.

Risco de crédito: As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais inadimplementos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes, bem como exigindo garantias financeiras apropriadas quando necessário. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. Os montantes de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2025	**31/12/2024**
AAA	283.634	148.465
Total	**283.634**	**148.465**

Risco de liquidez: A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. Os principais passivos financeiros circulantes e não circulantes da Companhia são classificados pelas datas de vencimento e estão demonstrados nas notas 14 e 13.2. **8. Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A apresentação de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia, se necessário, designa certos derivativos como: i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou ii. *hedge* de um risco associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa). No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos. É documentado o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses. Os impactos dos instrumentos financeiros derivativos nos balanços patrimoniais são:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos de opções cambiais	328.500	411.000	4.739	3.096
Total	**328.500**	**411.000**	**4.739**	**3.096**
Derivativos de commodities				
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de *Swap* (juros e câmbio)	800.000	–	14.363	–
Total	**800.000**	**–**	**14.363**	**–**
Total dos instrumentos financeiros			**19.102**	**3.096**
Ativo circulante			–	1.694
Ativo não circulante			4.739	1.402
Passivo não circulante			(14.363)	–
Total			**(9.624)**	**3.096**

Opções por valor justo: A Companhia optou por designar os passivos abaixo para registro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que contratou instrumentos derivativos para proteção das exposições de juros para tais, mantendo assim o objeto e instrumento na mesma base de mensuração:

		Valor registrado		Ajuste de valor acumulado	
	Nocional	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Risco de juros					
Objetos					
2ª emissão - série única	IPCA + 7,44%	(800.000)	(881.057)	–	3.057	–
Total		**(800.000)**	**(881.057)**	**–**	**3.057**	**–**
Instrumentos derivativos					
2ª emissão - série única	97,40% CDI	800.000	(14.363)	–	
Total derivativos		**800.000**	**(14.363)**	**–**	
Total		**–**	**(895.420)**	**–**	

***Hedge* de fluxo de caixa:** A Companhia adotou estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados da exposição à flutuação dos fluxos de caixa de receitas altamente prováveis futuras em dólares por efeitos cambiais, através de instrumentos de proteção não derivativos - passivos de arrendamento em dólares já contratados. Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	**Mercado**	**Risco**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Passivo de arrendamento	–	Câmbio	(208.509)	(446.224)
Total			**(208.509)**	**(446.224)**
(–) Tributos diferidos			70.893	151.716
Efeito no patrimônio líquido			**(137.616)**	(294.508)
Efeito no patrimônio líquido			**(137.616)**	**(294.508)**

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

Instrumentos financeiros	**31/12/2024**	**Designações**	**Realizações Receita**	**Inefetividade Resultado financeiro**	**Total dos movimentos do exercício**	**31/12/2025**
Arrendamentos	(446.224)	224.319	11.666	1.730	237.715	(208.509)
Total	**(446.224)**	**224.319**	**11.666**	**1.730**	**237.715**	**(208.509)**
(–) Tributos diferidos	151.716				(80.823)	70.893
Efeito no patrimônio líquido	**(294.508)**				**156.892**	**(137.616)**

Instrumentos financeiros	**31/12/2023**	**Designações**	**Realizações Receita**	**Inefetividade Resultado financeiro**	**Total dos movimentos do exercício**	**31/12/2024**
Arrendamentos	(18.072)	(435.573)	6.937	484	(428.152)	(446.224)
Total	**(18.072)**	**(435.573)**	**6.937**	**484**	**(428.152)**	**(446.224)**
(–) Tributos diferidos	6.144				145.572	151.716
Efeito no patrimônio líquido	**(11.928)**				**(282.580)**	**(294.508)**

9. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	Nota	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Bancos conta movimento			
Bancos conta movimento	5	20	11
Total		**20**	**11**
Aplicações em fundos de investimento			
Operações compromissadas	6	1.782	2.753
Certificado de depósitos bancários - CDB	6	3.330	–
Total		**5.112**	**2.753**
Aplicações em bancos			
Operações compromissadas	5	–	36.005
Certificado de depósitos bancários - CDB	5	268.381	104.352
Total		**268.381**	**140.357**
Total		**273.513**	**143.121**

As aplicações financeiras são realizadas com banco de primeira linha e foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do certificado CDI em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Vide nota 7 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros. **10. Partes relacionadas:** As operações envolvendo partes relacionadas são realizadas de forma independente por cada entidade através de condições contratuais previamente acordadas. Adicionalmente, os acordos firmados são avaliados e aprovadas em comitê de riscos ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável.

Contas a receber e a pagar com partes relacionadas

	31/12/2025	**31/12/2024**
Ativo circulante		
Operações comerciais, administrativas e outras		
Edge Comercialização S.A. [i]	46.131	43.504
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	1.773	1.773
Operações financeiras		
Biometano Verde Paulínia S.A. [ii]	56.912	–
Total	**104.816**	**45.277**
	31/12/2025	**31/12/2024**
Passivo circulante		
Operações comerciais, administrativas e outras		
Raízen S.A. e suas controladas	18	685
Compass Gás e Energia S.A.	3.911	1.359
Edge Comercialização S.A.	4.529	3.045
Operações financeiras		
Compass Gás e Energia S.A. [iii]	255.171	788.513
Total do passivo circulante	**263.629**	**793.602**
	31/12/2025	**31/12/2024**
Passivo não circulante		
Operações financeiras		
Compass Gás e Energia S.A. [iii]	–	219.490
Total do passivo não circulante	**–**	**219.490**
Total	**263.629**	**1.013.092**

[i] Substancialmente valores a receber pelo serviço de beneficiamento e regaseificação de GNL.
[ii] Em 26 de novembro de 2025, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R$ 56.100, concedidas à Biometano Verde Paulínia S.A., com vencimento final em março de 2026 e remuneração correspondente a 100% do CDI acrescido de 1,2% ao ano, em condições compatíveis com as praticadas no mercado.
[iii] Em 20 de março de 2024 e 25 de julho de 2024, a Companhia realizou a 1ª e a 2ª Emissão de Notas Comerciais, nos montantes de R$ 200.000 e R$ 750.000, respectivamente, com vencimentos originalmente pactuados para março de 2026 e fevereiro de 2025. A 2ª emissão foi integralmente liquidada em 21 de fevereiro de 2025. Ambas as emissões foram remuneradas à taxa de 100% do CDI acrescida de 1,2% ao ano, em condições compatíveis com as praticadas no mercado.

Operações financeiras ativas	
Saldo em 31/12/2023	–
Saldo em 31/12/2024	**–**
Adições	56.100
Juros e variações monetárias	812
Saldo em 31/12/2025	**56.912**
Operações financeiras passivas	
Saldo em 31/12/2023	**–**
Captação	950.000
Juros e variações monetárias	58.003
Saldo em 31/12/2024	**1.008.003**
Amortização de principal	(750.000)
Pagamento de juros	(53.760)
Juros e variações monetárias	50.928
Saldo em 31/12/2025	**255.171**

A Companhia possui *covenants* não financeiros e, monitora constantemente as condições contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados descumprimentos que afetassem essas demonstrações financeiras.

Transações com partes relacionadas:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Receita operacional		
Edge Comercialização S.A.	524.919	220.853
Total	**524.919**	**220.853**
Receitas (despesas) compartilhadas		
Raízen S.A. e suas controladas	(408)	(3.044)
Edge Participações S.A. e suas controladas	(884)	(3.100)
Rumo S.A. e suas controladas	(1.562)	(2.652)
Compass Gás e Energia S.A.	(5.320)	(8.175)
Commit Gás S.A.	–	(252)
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	–	(29)
Total	**(8.174)**	**(17.252)**
Resultado financeiro		
Edge Participações S.A. e suas controladas	812	–
Compass Gás e Energia S.A.	(50.928)	(58.003)
Total	**(50.116)**	**(58.003)**
Total	**466.629**	**145.598**

Remuneração dos administradores e diretores: A Companhia segue os critérios de política de remuneração aprovados pelo Conselho de seu acionista indireto Compass Gás e Energia S.A. A remuneração do pessoal-chave da administração inclui salários, contribuições para um plano de benefício pós-emprego e remuneração baseada em ações. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia segue sem administradores remunerados, devido à reorganização na administração remunerada que passou a ser realizada diretamente pela Edge Participações Ltda. e demais controladas. **11. Outros tributos a recuperar: Política Contábil:** Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2025	**31/12/2024**
COFINS [i]	69.102	–
PIS [i]	15.051	–
Outros	–	86
Total	**84.153**	**86**

[i] Substancialmente, o saldo refere-se a créditos de PIS e COFINS vinculados a bens do ativo imobilizado, reconhecidos após o início das operações da Companhia, com base na avaliação da Administração quanto à sua realização.

12. Imobilizado: Política contábil: Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, com exceção dos terrenos que não são depreciados. Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado. **Redução ao valor recuperável dos ativos:** A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	**Máquinas, equipamentos e instalações**	**Obras em andamento**	**Outros ativos**	**Total**
Valor de custo					
Saldo em 31/12/2023	**–**	**–**	**1.230.182**	**–**	**1.230.182**
Adições	–	–	220.251	–	220.251
Transferências [i]	299.260	1.117.929	(1.442.464)	4.445	(20.830)
Saldo em 31/12/2024	**299.260**	**1.117.929**	**7.969**	**4.445**	**1.429.603**
Adições	–	–	11.136	–	11.136
Transferências [ii]	(22.404)	(79.807)	(2.557)	(257)	(105.025)
Saldo em 31/12/2025	**276.856**	**1.038.122**	**16.548**	**4.188**	**1.335.714**
Valor de depreciação					
Saldo em 31/12/2023	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Adições	(2.963)	(21.813)	–	(233)	(25.009)
Transferências [i]	–	4	–	–	4
Saldo em 31/12/2024	**(2.963)**	**(21.809)**	**–**	**(233)**	**(25.005)**
Adições	(5.757)	(44.369)	–	(458)	(50.584)
Saldo em 31/12/2025	**(8.720)**	**(66.178)**	**–**	**(691)**	**(75.589)**
Saldo em 31/12/2024	**296.297**	**1.096.120**	**7.969**	**4.212**	**1.404.598**
Saldo em 31/12/2025	**268.136**	**971.944**	**16.548**	**3.497**	**1.260.125**
Vida útil (depreciação ao ano)	**2% - 5%**	**3% - 10%**	**–**	**8% - 20%**	**–**

[i] Em junho de 2024 o Terminal finalizou substancialmente suas obras e período de operação assistida, entrando em período de *full operation*. Considerando esse marco a Companhia efetuou a capitalização e alocação dos valores que estavam em obras em andamento. O saldo remanescente na linha de transferências, contempla substancialmente o montante de R$ (16.111) para estoques e R$ (4.715) para ativo intangível.
[ii] No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo na linha de transferências, contempla o montante de R$ (105.025) para impostos a recuperar.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram adicionados R$ 791 referente à mão de obra gerada internamente (R$ 1.762 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve capitalização de custos de empréstimos na Companhia devido ao início da operação (R$ 39.617 a uma taxa média anual ponderada de 7,36% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). **13. Arrendamentos: 13.1. Direito de uso: Política contábil:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Terrenos e edifícios	**Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação**	**Total**
Valor de custo			
Saldo em 31/12/2023	**17.102**	**1.533.969**	**1.551.071**
Adições e reajustes contratuais	85	60.465	60.550
Saldo em 31/12/2024	**17.187**	**1.594.434**	**1.611.621**
Adições e reajustes contratuais [i]	(1.576)	59.483	57.907
Baixas	(177)	–	(177)
Saldo em 31/12/2025	**15.434**	**1.653.917**	**1.669.351**
Valor de amortização			
Saldo em 31/12/2023	**(1.047)**	**(38.349)**	**(39.396)**
Adições	(987)	(78.031)	(79.018)
Saldo em 31/12/2024	**(2.034)**	**(116.380)**	**(118.414)**
Adições	(597)	(81.279)	(81.876)
Baixas	139	–	139
Saldo em 31/12/2025	**(2.492)**	**(197.659)**	**(200.151)**
Saldo em 31/12/2024	**15.153**	**1.478.054**	**1.493.207**
Saldo em 31/12/2025	**12.942**	**1.456.258**	**1.469.200**

[i] Substancialmente, atualização monetária anual da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação pelos índices de IPCA e CPI.

13.2. Passivo de arrendamento: Política contábil: Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte: i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa; iii. valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e iv. o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza sua taxa de empréstimo incremental na data de início dado que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia: i. quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido; ii. usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e iii. faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros. A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 9,03% e 13,86%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato. Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia pode contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que: i. tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; e ii. tenham sido celebrados em datas próximas; ou iii. se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; ou iv. se tiverem obrigações de performance/contraprestações interrelacionadas nos contratos; ou v. se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido). A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, quanto à opção a ser exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo. A movimentação dos arrendamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	Nota	
Saldo em 31/12/2023		**1.563.748**
Adições e reajuste contratual		60.550
Apropriação de juros	21	155.101
Variação cambial	8	435.573
Amortização de principal		(25.104)
Pagamento de juros		(149.356)
Saldo em 31/12/2024		**2.040.512**
Adições e reajuste contratual		57.907
Baixas		(42)
Apropriação de juros	21	160.839
Variação cambial	8	(224.319)
Amortização de principal		(29.558)
Pagamento de juros		(160.735)
Saldo em 31/12/2025		**1.844.604**
Circulante		188.114
Não circulante		1.656.490
Total		**1.844.604**

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2043. Os valores são atualizados mensalmente por variação cambial em moeda estrangeira e anualmente por índices de inflação (como IGPM, IPCA e CPI). Além disso, alguns dos contratos possuem opções de renovações que foram consideradas na determinação do prazo e na classificação como arrendamento financeiro.

O *aging* dos arrendamentos é o seguinte:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Até 1 ano	188.114	203.745
De 1 a 2 anos	325.781	348.803
De 2 a 5 anos	284.365	305.546
Acima de 5 anos	1.046.344	1.182.418
Total	**1.844.604**	**2.040.512**

14. Empréstimos, financiamento e debêntures: Política contábil: Os empréstimos são classificados como custo amortizado, com exceção daqueles designados como *hedge accounting* de valor justo ou em que a Companhia fez a opção de registro pelo valor justo. Para os empréstimos cuja Companhia optou pelo reconhecimento a valor justo, a marcação a mercado do passivo é reconhecida no resultado do período com exceção do impacto da variação do risco de crédito da Companhia, cujo efeito é reconhecido em outros resultados abrangentes. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • o montante da obrigação nos termos do contrato; e • o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita. Os termos e condições dos contratos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

		Encargos financeiros			
Descrição	**Indexador**	**Taxa anual de juros**	**Moeda**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Sem garantia					
Debêntures - (Lei 12.431)	IPCA + 7,44%	12,03%	Real	881.057	–
Total				**881.057**	**–**
Circulante				**50.881**	**–**
Não circulante				**830.176**	**–**

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas estão apresentadas na nota 8. Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Acima de 5 anos	830.176	–
Total	**830.176**	**–**

Abaixo movimentação dos empréstimos e financiamentos ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Saldo em 31/12/2023	**735.565**
Amortização de principal	(700.000)
Pagamento de juros	(43.376)
Pagamento de juros sobre obra em andamento	(48.174)
Juros e variações monetárias	55.985
Saldo em 31/12/2024	**–**
Captação [i]	781.151
Juros, variações monetárias e valor justo [ii]	99.906
Saldo em 31/12/2025	**881.057**

[i] A variação decorrente da movimentação das captações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refere-se aos custos de captação. [ii] No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecido em outros resultados abrangentes, perdas no montante de R$ (14.985), referente à parcela atribuível a alterações no risco de crédito no cálculo do valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo.

Captações no exercício

Segmento/ modalidade	**Data**	**Taxa**	**Objetivo**	**Valor**	**Vencimento**
Debêntures	fev-25	IPCA + 7,44%	Investimentos	800.000	jan-33

A Companhia possui *covenants* não financeiros e, monitora constantemente as condições contratuais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados descumprimentos que afetassem essas demonstrações financeiras. **15. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** A taxa nominal de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto de renda e contribuição social diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido

continua

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras do TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(34.622)	(156.078)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**11.771**	**53.067**
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Diferenças permanentes (doações, brindes e outros)	(6)	(40)
Selic indébito	144	251
Outros	(29)	(16)
Imposto de renda e contribuição social	**11.880**	**53.262**
Taxa efetiva - %	**(34,31)%**	**(34,13)%**

Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	44.749	24.761
Base negativa de contribuição social	16.110	8.914
Diferenças temporárias:		
Transações com pagamento baseado em ações	392	787
Provisões de participações no resultado	232	225
Provisões diversas	1.747	1.787
Valor justo sobre risco de crédito	5.095	–
Resultado não realizado com derivativos	3.272	–
Arrendamentos	125.866	184.318
Diferido sobre resultado pré-operacional	83.990	111.163
Outros	48	62
Total	**281.501**	**332.017**
Débitos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Resultado não realizado com derivativos	–	(1.053)
Revisão de vida útil	(29.455)	(9.688)
Juros capitalizados	(66.736)	(72.518)
Valor justo dos empréstimos	(400)	–
Total	**(96.591)**	**(83.259)**
Total de tributos diferidos registrados	**184.910**	**248.758**

Movimentações no imposto diferido ativo e passivo:

Ativos	Saldo em 31/12/2024	Impacto no resultado do exercício	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	33.675	27.184	–	60.859
Diferido sobre resultado pré-operacional	111.163	(27.173)	–	83.990
Provisões	2.012	(33)	–	1.979
Resultado não realizado com derivativos	–	3.272	–	3.272
Arrendamentos	184.318	22.371	(80.823)	125.866
Valor justo sobre risco de crédito	–	–	5.095	5.095
Outros	849	(409)	–	440
Total	**332.017**	**25.212**	**(75.728)**	**281.501**
Passivos				
Resultado não realizado com derivativos	(1.053)	1.053	–	–
Revisão de vida útil	(9.688)	(19.767)	–	(29.455)
Juros capitalizados	(72.518)	5.782	–	(66.736)
Valor justo dos empréstimos	–	(400)	–	(400)
Total	**(83.259)**	**(13.332)**	**–**	**(96.591)**
Total impostos diferidos reconhecidos	**248.758**	**11.880**	**(75.728)**	**184.910**

Ativos	Saldo em 31/12/2023	Impacto no resultado do exercício	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	–	33.675	–	33.675
Diferido sobre resultado pré-operacional	87.454	23.709	–	111.163
Provisões	11.334	(9.322)	–	2.012
Arrendamentos	17.705	21.041	145.572	184.318
Outros	962	(113)	–	849
Total	**117.455**	**68.990**	**145.572**	**332.017**
Passivos				
Resultado não realizado com derivativos	(10.380)	9.327	–	(1.053)
Revisão de vida útil	–	(9.688)	–	(9.688)
Juros capitalizados	(57.151)	(15.367)	–	(72.518)
Total	**(67.531)**	**(15.728)**	**–**	**(83.259)**
Total impostos diferidos reconhecidos	**49.924**	**53.262**	**145.572**	**248.758**

16. Provisão para demandas judiciais: Política contábil: As provisões para demandas judiciais são reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Provisão para demandas judiciais:

	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2024	**–**	**–**
Provisionado no exercício	4	4
Atualização monetária	3	3
Saldo em 31/12/2025	**7**	**7**

Perdas possíveis: As ações judiciais cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis [i]	435.116	204.673
Trabalhistas	415	–
Total	**435.531**	**204.673**

[i] Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi avaliado com prognóstico de perda possível em arbitragem de natureza cível com fornecedor contratado para o período de obra do Terminal.

17. Patrimônio líquido: Política contábil: Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias, quando incorridos, são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 20 - Imposto de renda e contribuição social. **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. Caso haja prejuízos acumulados, o lucro do exercício deve ser utilizado para compensar estes efeitos. **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital subscrito da Companhia é de R$ 787.205, inteiramente integralizado, representado por 787.205 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

	Quantidade de ações em 31/12/2025 e 31/12/2024			
Acionistas [i]	**ON**	**%**	**Total**	**%**
Edge Participações Ltda.	787.205	100,00	787.205	100,00
Total	**787.205**	**100,00**	**787.205**	**100,00**

[i] Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a acionista Compass Gás e Energia S.A. contempla o montante de R$ 1,00 representado por 1 unidade de ação nominativa, escritural e sem valor nominal.

Movimentação de dividendos a pagar:

Saldo em 31/12/2023	**307**
Dividendos pagos	(307)
Saldo em 31/12/2024	**–**
Saldo em 31/12/2025	**–**

Outros resultados abrangentes	Nota	31/12/2024	Resultado abrangente	31/12/2025
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	8	(446.224)	237.715	(208.509)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	8	151.716	(80.823)	70.893
Perda de valor justo de passivos financeiros designados e mensurados ao valor justo	14	–	(14.985)	(14.985)
Imposto de renda e contribuição social sobre perda de valor justo de passivos financeiros designados e mensurados ao valor justo	15	–	5.095	5.095
Total		**(294.508)**	**147.002**	**(147.506)**

	Nota	31/12/2023	Resultado abrangente	31/12/2024
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	8	(18.072)	(428.152)	(446.224)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	8	6.144	145.572	151.716
Total		**(11.928)**	**(282.580)**	**(294.508)**

18. Receita operacional líquida: Política contábil: A Companhia reconhece receitas da seguinte fonte principal: **Receita de prestação de serviços:** As receitas englobam os encargos cobrados sobre o serviço de regaseificação do gás natural liquefeito, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, sendo provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, o estágio de conclusão da transação e prestação de serviço, bem como quando os montantes do total de receitas e custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta na prestação de serviços	524.919	220.853
Impostos sobre serviços e outras deduções	(60.233)	(27.366)
Receita operacional líquida	**464.686**	**193.487**

19. Custos e despesas por natureza: Política contábil: Os custos dos serviços prestados compreendem os gastos de pessoal, amortização dos ativos relacionados às prestações de serviços e outros custos diretos da operação. As despesas compreendem aos gastos gerais e administrativos, que também estão ligados a operação e atividade fim da Companhia. Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por natureza, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Gastos operacionais	(64.283)	(20.599)
Depreciação e amortização	(135.378)	(105.214)
Gastos administrativos e comerciais	(13.038)	(45.496)
Gastos com pessoal	(579)	(3.124)
Total	**(213.278)**	**(174.433)**
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(196.134)	(85.290)
Despesas de vendas	–	(57)
Despesas gerais e administrativas	(17.144)	(89.086)
Total	**(213.278)**	**(174.433)**

20. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas:

	31/12/2025	31/12/2024
Execução de acordos contratuais e fiança [i]	–	63.966
Outros	(1.668)	(295)
Total	**(1.668)**	**63.671**

[i] Em 2024, referem-se à execução de fiança bancária relacionada a saldos em aberto junto ao fornecedor contratado para o período de obra do Terminal.

21. Resultado financeiro líquido: Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e arrendamentos, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas em instrumentos derivativos e cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

	31/12/2025	31/12/2024
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(135.042)	(112.734)
Resultado com derivativos e valor justo	(13.187)	–
Amortização do gasto de captação	(1.984)	(2.318)
Total	**(150.213)**	**(115.052)**
Rendimento de aplicações financeiras	30.171	17.452
Total	**30.171**	**17.452**
Custo da dívida líquida	**(120.042)**	**(97.600)**
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre arrendamento mercantil	(160.839)	(155.101)
Descontos financeiros e despesas bancárias	(3.683)	8.217
Efeito líquido de variação cambial, resultado de derivativos e *hedge accounting*	1.208	(28.434)
Outros efeitos financeiros, líquidos	(1.006)	34.115
Total	**(164.320)**	**(141.203)**
Resultado financeiro, líquido	**(284.362)**	**(238.803)**
Despesas financeiras	(303.791)	(272.314)
Receitas financeiras	31.408	61.945
Variação cambial, líquida	(325)	(504)
Efeito líquido dos derivativos	(11.654)	(27.930)
Total	**(284.362)**	**(238.803)**

22. Pagamento com base em ações: Política contábil: A Companhia concede a colaboradores elegíveis, planos de *phantom shares*, que preveem a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") de acordo com planos aprovados em Assembleias Gerais. Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprova a outorga de ações, elegendo os beneficiários em favor dos quais a Companhia concederá tais ações, estabelecendo os prazos, e quantidades. As *phantom shares* não conferem aos colaboradores elegíveis a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação ordinária de emissão da Companhia é entregue aos colaboradores elegíveis em razão das *phantom shares* outorgadas. Os SARs oferecem a oportunidade aos colaboradores elegíveis de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias do controlador indireto Compass Gás e Energia S.A. ("Compass"). A Companhia reconhece como despesa o valor justo das ações, apurado na data da outorga, em base linear durante o período de serviço exigido pelo plano, em contrapartida ao passivo de ordenados e salários a pagar. Quando as condições vinculadas ao *phantom shares* não são cumpridas a despesa ora reconhecida é revertida, de forma que a despesa acumulada reconhecida reflete o período aquisitivo e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão pagas em dinheiro. A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs"). Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía os seguintes planos de concessão de direitos de valorização de ações, totalizando o montante de R$ 1.154 (R$ 2.314 em 31 de dezembro de 2024) reconhecidos na rubrica de ordenados e salários a pagar, sendo R$ 1.069 reconhecidos no passivo circulante (R$ 1.521 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 85 no passivo não circulante (R$ 793 em 31 de dezembro de 2024):

Tipo de prêmio/ Data de concessão	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos [i]	Exercido/ cancelado	Disponível	Valor justo na data de outorga - R$
Planos de concessão de direitos de valorização de ações					
01/08/2023	36	26.438	(5.145)	21.293	34,12
01/08/2024	36	2.891	–	2.891	42,21
Total		**29.329**	**(5.145)**	**24.184**	

[i] Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*.

Reconciliação de opções de ações:

	Programa de concessão de ações
Saldo em 31/12/2023	**92.197**
Acréscimo de ações	10.092
Exercidos	(29.573)
Cancelados	(13.119)
Saldo em 31/12/2024	**59.597**
Acréscimo de ações	220
Exercidos	(30.488)
Cancelados	(5.145)
Saldo em 31/12/2025	**24.184**

Despesas reconhecidas no resultado: As despesas dos planos de concessão de direitos de valorização de ações incluídas na demonstração dos resultados, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Plano de remuneração baseado em ações	848	(928)
Total	**848**	**(928)**

23. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Responsabilidade civil	Perdas ou danos corporais e materiais a terceiros e a embarcações de terceiros.	
operadores portuários	Perdas ou danos a cargas marítimas.	385.168
Riscos operacionais	Sinistros aos ativos próprios em operação e lucros cessantes.	875.377
Riscos ambientais	Poluição ambiental.	100.000

Diretoria

Demétrio Antônio de Toledo Magalhães Filho
Diretor Presidente

Catarina Salgado da Costa Amaral
Diretora Executiva

Lucas Wever
Diretor Executivo

Paulo Sergio Santa Ana Maia
Diretor Executivo

Membros do Conselho de Administração

José Carlos Broisler Oliver
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Piason Breglio Pontes
Membro do Conselho de Administração

Guilherme Lelis Bernardo Machado
Membro do Conselho de Administração

Contador

Leonardo Leroy Simis Ratke
1SP326956/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

***Hedge accounting* de fluxo de caixa - Nota 8**

A Companhia adotou uma estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados contra a variação cambial dos fluxos de caixa futuros em dólares, relacionados a receitas altamente prováveis. Essa estratégia utiliza instrumentos de proteção não derivativos, especificamente passivos de arrendamento em dólares. Para fins de comprovação da sua estratégia e atendimento às normas contábeis, a administração realiza testes para verificar a efetividade dessa relação de hedge. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu, na demonstração de resultado abrangente, o valor de R$ 156.892 mil, líquido de impostos, como resultado de *hedge accouting*. A designação desses instrumentos financeiros como hedge accounting, assim como a mensuração de sua efetividade, requerem o cumprimento de certas obrigações formais, bem como envolve julgamentos em relação à proteção efetiva do risco de variação cambial e ao alinhamento dos objetivos de proteção à sua estratégia de gestão de riscos do negócio. Devido a relevância dos valores envolvidos, a complexidade envolvida na designação e periódica mensuração da efetividade das relações de contabilidade de proteção mantidas pela Companhia, bem como os julgamentos envolvidos em relação a proteção do risco, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, a atualização do entendimento do processo de gerenciamento de riscos, políticas de proteção e testes dos controles internos relacionados com a documentação e contabilização dos referidos instrumentos financeiros. Também envolvemos nossos especialistas em instrumentos financeiros, para análise da política e do programa de *hedge accounting*, bem como, no recálculo, em base amostral, da valorização do valor justo dos instrumentos financeiros. Inspecionamos a documentação suporte da designação dos instrumentos financeiros e análise dos testes de efetividade preparados pela administração da Companhia no intuito de avaliar a relação de proteção efetiva do risco e das políticas de gestão de riscos financeiros da Companhia. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia envolvendo as práticas contábeis, as transações e saldos registrados decorrentes das operações envolvendo *hedge accounting* de fluxo de caixa. Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração na aplicação de *hedge accounting* de fluxo de caixa são consistentes com as divulgações efetuadas e estão alinhadas com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 27 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações quecompreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Mozart Hasselman de Abreu Leite
Contador - CRC BA-036873/O